

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária

ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL EM ORAÇÕES
SUBORDINADAS

Por

Gustavo Breunig

PORTO ALEGRE - 2011

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária

ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL EM ORAÇÕES
SUBORDINADAS

Por

Gustavo Breunig

Monografia apresentada como
requisito parcial para a obtenção
do título de Licenciado em Letras.

Orientador:

Prof. Dr. Marcos Goldnadel

*Para os meus pais – pela inspiração;
para Maiara – pelo amor dedicado;
para os amigos – pelos bons momentos.*

AGRADECIMENTOS

O meu muito obrigado vai para

Claudia e Delmar Breunig, que não só me trouxeram à vida, mas me ensinaram a viver e me inspiram a seguir adiante;

Amanda Breunig, que, como uma boa irmã, me obrigou desde sempre a praticar o debate e a defender meu ponto de vista;

Maiara Pioner, que além de namorada é confidente, conselheira e incentivadora;

Os amigos, novos e antigos: *Tailôr* Mendonça; Daiana Pinho, Eduardo Soares, Pâmela Damasceno, Queila Manna e demais colegas do Instituto de Letras que ingressaram em 2007 e me acompanham desde então; Joana Luz, Natália Esquivel, Letícia Finkenauer e os outros colegas de Teoria e Análise Linguística; bem como todos que me apóiam e inspiram a dar novos passos;

Os professores Sérgio Menuzzi e Gabriel Othero, que além de terem aceitado serem membros da banca são amigos e inspiração;

O professor Marcos Goldnadel que acreditou em mim e me apóia e incentiva a seguir trabalhando e melhorando sempre.

“‘You see’, He explained, ‘I consider that a man’s brain originally is like a little empty attic, and you have to stock it with such furniture as you choose. A fool takes in all the lumber of every sort that he comes across, so that the knowledge which might be useful to him gets crowded out, or at best is jumbled up with a lot of other things so that he has a difficulty in laying his hand upon it. Now, the skilful workman is very careful indeed as to what he takes into his brain-attic. He will have nothing but the tools which may help him in doing his work, but of these he has a large assortment, and all in the most perfect order. It is a mistake to think that that little room has elastic walls and can distend to any extent. Depend upon it, there comes a time when, for every addition of knowledge, you forget something that you knew before. It is of the highest importance, therefore, not to have useless facts elbowing out the useful ones.’”

Sir Arthur Conan Doyle – A study in Scarlet

RESUMO

Trabalhos analisando a articulação informacional vêm sendo desenvolvidos até agora principalmente com relação a orações simples. Este trabalho se propõe a analisar a articulação informacional em sentenças menos estudadas, aquelas com orações subordinadas. Um dos autores que vem desenvolvendo trabalhos sobre o assunto é Komagata. Em suas análises, conclui pela impossibilidade de haver articulação informacional em orações subordinadas. Ao analisar as questões propostas por ele e utilizar princípios da teoria de articulação tripartida oferecida por Vallduví, este trabalho busca verificar a possibilidade da existência de articulação interna à subordinação utilizando-se de exemplos trazidos por Komagata e do português brasileiro de orações subordinadas adverbiais temporais, finais e causais.

Palavras-Chave: articulação informacional – articulação tripartida – orações subordinadas – Vallduví – Komagata.

ABSTRACT

Works analyzing the informational structure are being developed up to know mainly on simple clauses. This work is meant to analyze the informational structure in less studied sentences, those with subordinate clauses. One of the authors who has been developing works on the issue is Komagata. On his analysis, he concludes the impossibility of an informational structure on subordinate clauses. By analyzing the questions he proposes and using principles of the tripartite structure theory offered by Vallduví, this work intends to verify the possibility of existence of internal structure on subordinate clauses using examples brought from Komagata and from Brazilian Portuguese with adverbial clauses of time, objective and cause.

Key-words: informational structure – tripartite structure – subordinate clauses – Vallduví – Komagata.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1 A ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL TRINOMIAL DE VALLDUVÍ	10
1.1 CARTÕES DE ARQUIVO: O ESTOQUE INFORMACIONAL DO OUVINTE.....	11
1.1.1 Heim (1983) e a teoria dos cartões de arquivos original	11
1.1.2 O conhecimento prévio e a redundância na entrada de dados.....	12
1.2 NOMENCLATURA ADOTADA.....	14
1.3 APLICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO PROPOSTA	15
1.4 FORMALIZAÇÃO	17
1.5 AS FUNÇÕES DE Φ	19
2 AS ORAÇÕES “APARENTEMENTE SUBORDINADAS”	23
2.1 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL E ESTRUTURA DO DISCURSO	23
2.2 MOTIVOS PARA A NÃO-ADEQUAÇÃO DA AI EM ORAÇÕES SUBORDINADAS	24
2.2.1 O teste da questão.....	24
2.2.2 A prosódia	26
2.2.3 A morfologia	27
2.2.4 A sintaxe.....	29
2.3 ORAÇÕES INDEPENDENTES “APARENTEMENTE SUBORDINADAS”	29
2.4 SENTENÇA E ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL	31
3 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL TRIPARTIDA E AS ORAÇÕES SUBORDINADAS	33
3.1 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	33
3.1.1 As orações absolutas	33
3.1.2 As orações complexas	35
3.1.2.1 Pressuposição	36
3.1.2.2 Informação nova.....	36
3.1.2.3 Análise de orações complexas.....	37
3.2 A ARTICULAÇÃO TRIPARTIDA NO TRABALHO DE KOMAGATA.....	42
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

As línguas possuem diversas formas para criar sentenças que veiculem o conteúdo mental, ou proposição, pretendido por quem as enuncia. Uma mesma língua pode realizar esse processo de formas distintas com relação a uma mesma proposição, tornando possível a realização de frases que são consideradas paráfrases semânticas. Assim, se um falante afirma que (i) “O João achou o livro da Maria”, (ii) “Foi o livro da Maria que o João achou”, ou outras semelhantes, temos, dentro de todas, um mesmo conteúdo proposicional, ou seja, são enunciados que veiculam a mesma ideia sobre um fato do mundo, que poderá ser verdadeiro ou falso.

Uma língua, porém, dificilmente manteria tamanha multiplicidade de formas se não houvesse um motivo, uma diferenciação de sentido que, por menor que possa parecer, seja relevante para o ouvinte. Ao escolher entre as sentenças mencionadas acima, o falante não age de forma imotivada, ele coloca uma intenção na sua escolha, mesmo que não conscientemente. Assim, se seu objetivo for comunicar a alguém que sabe que João achou algo, mas não sabe a que esse algo se refere, a escolha de (ii) se mostra muito mais eficiente do que (i). Esta, por sua vez, é mais efetiva se o pretendido for informar ao ouvinte o fato todo, por ele desconhecido¹. A essa escolha que o falante faz entre dar ênfase – que pode ser dada sintaticamente pela ordem das palavras ou fonologicamente pela prosódia – a um componente do enunciado ou outro, chamamos de articulação informacional (AI).

Tais efeitos são mais facilmente compreendidos ao nos referirmos a orações absolutas, como as acima. Quando nos afastamos de tais sentenças e entramos no terreno das subordinadas, porém, um cuidado maior deve ser tomado. Alguns autores defendem a existência de tais ferramentas dentro de cada oração, outros excluem as subordinadas de qualquer possibilidade de análise e ainda há aqueles que buscam conciliar as duas posições, afirmando que o enunciado deve ser analisado no seu todo, porém tomando as orações subordinadas como parte das principais. Komagata (2003), um dos autores analisados neste trabalho, cita a estrutura do discurso e a delimitação de um enunciado como dependentes da quantia de articulações possíveis e da possibilidade ou não de existir tal articulação em orações subordinadas. Por esses motivos, entre outros, delimitar a noção de articulação informacional passa a ter grande importância na pragmática.

¹ Considerando-a em sua prosódia neutra.

Este trabalho pretende mostrar uma possível forma de análise de tais enunciados e, para isso, lança mão das teorias de Vallduví (1990) e das ideias propostas por Komagata (2003).

No primeiro capítulo tratamos do proposto por Vallduví (1990), onde a articulação informacional, o fenômeno de escolher como organizar os conteúdos da sentença para informar exatamente o pretendido, é proposta e formalizada. Com uma formalização que utiliza símbolos emprestados da lógica, mas que dela se distancia por atribuir a eles valores puramente discursivos, Vallduví propõe uma teoria tripartida da sentença. Com base na teoria de cartões de arquivos de Heim, Vallduví busca explicitar noções como “estoque de conhecimento” e “armazenamento de informações”.

O segundo capítulo se volta para o problema a ser analisado, quanto à existência ou não de articulação informacional interna em orações subordinadas. Para melhor entender o problema, Komagata (2003) é analisado, com o auxílio de um trabalho anterior, Komagata (2001). A proposta de Komagata, a ser verificada ou refutada no decorrer do trabalho, se refere ao que ele denomina como *although-clauses* e *because-clauses* na língua inglesa, embora ele afirme que sua análise se estenda às demais orações subordinadas. Sua proposta de uma única articulação informacional por enunciado está relacionada com teorias que afirmam que a estrutura do discurso e a delimitação de um enunciado dependem da não existência de articulação nas orações subordinadas, buscando garantir uma única articulação para todo o enunciado. Dessa forma, seria possível definir o que é um enunciado e o que é mais de um enunciado identificando-se quantas articulações informacionais podem ser encontradas.

O terceiro e último capítulo deste trabalho busca (i) submeter dados do português brasileiro à análise exposta no primeiro capítulo, aplicando a teoria e a formalização propostas por Vallduví a sentenças simples e complexas – especificamente nas orações subordinadas adverbiais temporais, finais e causais² – do português brasileiro e (ii) utilizar a mesma teoria para re-analisar as sentenças propostas por Komagata e apresentadas no capítulo dois, de forma a tentar comprovar ou refutar o proposto pelo autor. A análise dessas sentenças em inglês servirá para tentar verificar a validade da proposta de unicidade de articulação informacional em um enunciado.

Como objetivo final, este trabalho busca verificar se no português brasileiro encontramos a possibilidade de mais de uma articulação informacional na sentença e se essa articulação pode

² Ainda que este trabalho se limite à análise dessas sentenças no português brasileiro, a proposta é de que os resultados se apliquem de forma mais ampla dentro das orações subordinadas.

ocorrer no interior de uma oração subordinada sem que ela seja, como Komagata propõe e é aqui exposto no segundo capítulo, uma oração que aparente ser subordinada, porém aja como uma oração independente.

1 A ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL TRINOMIAL DE VALLDUVÍ

Vallduví (1990) propõe uma visão não tradicional quanto à articulação informacional (AI) em sentenças e que nos auxiliará em uma melhor análise dos casos relacionados à existência (ou não) de AI em orações subordinadas. Vallduví percebe a necessidade de uma nova divisão para uma melhor compreensão do funcionamento da AI dentro de enunciados, partindo de análises clássicas binomiais (principalmente tópico-comentário e *focus*-proposição aberta) para uma nova divisão tripartida. Um exemplo de divisão não tradicional trazida por Vallduví para ilustrar as bases do que é pretendido é o de Dahl (1974, apud Vallduví, 1990) em que uma sentença é dividida simultaneamente tanto em tópico-comentário quanto em *focus-background*, como podemos ver no exemplo em (1):

(1) O que o João bebe? O João bebe | cerveja.

em que “O João” forma o tópico em contraste com “bebe cerveja” que forma o comentário e, ao mesmo tempo, “O João bebe” constitui o *background*, enquanto “cerveja” é o *focus*.

Ocorre uma sobreposição entre ambas as bipartições. Como se percebe, o sintagma “O João” passa a ser o que se denomina de *background-tópico*, “beber” o *background-comentário* e “cerveja” o *focus-comentário*. Vallduví ressalta a redundância dessa análise, pois a sobreposição elimina qualquer unidade informacional super-ordenada, situação que pode ser evitada, como na teoria por ele desenvolvida. Dessa forma, ele postula a possibilidade de uma hierarquia para a existência de uma tripartição que respeite pelo menos uma unidade informacional super-ordenada.

Também na questão da nomenclatura Vallduví percebe problemas. Devido aos múltiplos usos de tópico na literatura, adota para a noção tradicionalmente referida pelo termo tópico o termo *link*, e o termo *ground* para a noção de *proposição* aberta. Os termos em questão serão desenvolvidos na seção 1.2.

Vejamos, antes, o que Vallduví entende como Empacotamento Informacional (EI):

(2) Empacotamento Informacional: um pequeno grupo de instruções com o qual o ouvinte é instruído pelo falante para recuperar a informação carregada pela sentença e adicioná-la ao seu estoque de conhecimentos (VALLDUVÍ, 1990, p. 66).

Nessa definição, Vallduví entende informação como a contribuição feita pela sentença para o estoque de conhecimentos do ouvinte. O grupo de instruções mencionado tem por objetivo facilitar a assimilação da informação indicando a parte informativa e articulando-a às demais

partes, de forma a indicar onde e como essa informação se encaixa no estoque de conhecimentos do ouvinte. É o EI que vai definir a AI a ser adotada na sentença. Ou seja, a escolha entre colocar o *focus* em um item ou em outro está relacionada à função que tais itens terão na assimilação do conhecimento novo ao estoque de conhecimentos do ouvinte (para uma definição de estoque de conhecimentos, ver a seção 1.1, abaixo).

1.1 CARTÕES DE ARQUIVO: O ESTOQUE INFORMACIONAL DO OUVINTE

A noção de EI apresentada em (2) pressupõe a existência de um estoque de conhecimentos prévios do ouvinte – *knowledge store* (VALLDUVÍ, 1990). Para melhor definir a que se refere esse estoque de conhecimentos, é adotada uma adaptação da “semântica de mudança de arquivo” de Heim (1983, apud VALLDUVÍ, 1990).

1.1.1 Heim (1983) e a teoria dos cartões de arquivos original

Heim postula que os referentes discursivos equivalem a cartões de arquivos. Antes do início do discurso, não há cartões no arquivo, situação representada por F_0 (F vindo do termo inglês *file*). Conforme o discurso se forma, cartões são adicionados ao repertório e atualizados. Como exemplo temos a sentença em (4) e os cartões em (5) que representam F_1 , após o enunciado da sentença:

(4) Pedro me contou uma história estranha hoje.

(5)

Endereço: Pedro = p	Endereço: história = z
p contou z ao falante	z estranha contada por p

A cada contribuição nova feita pelo falante, temos F_{n+1} . Dessa forma, após o enunciado das sentenças em (6), teríamos um F_4 como em (7):

(6) a. Ele viu esse homem com um brócolis.

- b. Bem, de repente o homem começou a mastigá-lo
- c. e, surpreendentemente, ele foi preso imediatamente.

(7)

Endereço: Pedro = p	Endereço: homem = x	Endereço: brócolis = y
p contou z ao falante	x visto por p	y tido por x
p viu x	x tinha y	y mastigado por x
	x mastigou y	
	x foi preso	

A mudança de F_1 para F_4 envolveu a atualização do cartão referente a *Pedro* e a adição de cartões para o *homem* e para o *brócolis*, além de suas respectivas atualizações.

Enquanto Heim utiliza a metáfora para se referir à representação mental durante o decorrer de um discurso, a intenção de Vallduví é a adaptação dessa teoria para ilustrar, como dito anteriormente, o estoque de conhecimentos do ouvinte. O estoque de conhecimentos é tido como um arquivo maior do que o apresentado por Heim e com um número já existente de cartões, ou endereços. Cada endereço representa uma entidade e possui um número de entradas especificando os atributos e relações pertencentes à entidade. Não há um momento F_0 , já que o estoque de conhecimentos normalmente não é nulo no início da interação.

A AI é responsável por indicar o que é armazenado em qual cartão, realizando a atualização do estoque de conhecimentos. Ela é que indica qual parte do enunciado contém a informação e aponta onde e como esta se encaixa em um endereço específico.

1.1.2 O conhecimento prévio e a redundância na entrada de dados

Vallduví indica dois problemas na teoria de Heim. O primeiro deles é relacionado ao fato de não levar em conta o conhecimento já existente no arquivo e o segundo ao fato de que são necessárias múltiplas entradas do mesmo conteúdo proposicional, como pode ser notado em (5) e (7). Vejamos como ele busca solucionar ambos por meio da proposta de AI.

Para o primeiro problema, referente ao conhecimento prévio, a solução se encontra no fato de que iremos escolher a AI levando em conta o que nosso ouvinte sabe (ou o que

acreditamos que ele saiba). Assim, para um ouvinte H_1 que não sabe da existência de uma relação entre João e Maria, empacotaríamos a informação de forma diferente da que empacotaríamos para um ouvinte H_2 que saiba da existência de uma relação entre eles, embora não saiba qual é essa relação. Assim, ao enunciar a sentença em (8) para preencher a lacuna de conhecimentos de cada falante, escolheríamos a articulação em (9) para o ouvinte H_1 e a em (10) para o ouvinte H_2 , em que [F] indica o *focus* e VERSALETE indica a proeminência prosódica:

(8) “O Pedro ama a Maria”.

(9) [F O Pedro ama a MARIA]

(10) O Pedro [F AMA] a Maria.

A diferença é que, no caso (9), damos uma informação completamente nova ao ouvinte, enquanto que em (10) a única novidade é qual a relação existente entre eles. Embora o conteúdo proposicional em ambos os enunciados seja idêntico, a informação é carregada por eles de modo diferente. A marcação de informação permite um processamento mais eficiente de dados, já que não é necessário, por exemplo, que H_2 re-armazene a informação que já possui, enquanto possibilita que H_1 retire toda a informação necessária do enunciado.

Quanto ao segundo problema apresentado, o das múltiplas entradas, a resolução está relacionada aos novos meios de armazenamento. Embora no modelo de Heim seja necessário que em cartões de arquivo se entre a informação em cada um dos endereços mencionados, os sistemas computacionais de hoje possibilitam que tal entrada seja feita apenas em um dos endereços. A informação seria, então, transferida para os demais automaticamente, ou com *hypercards*, que geram conexões para identificar onde se encontra a informação relevante. Para facilitar a visualização, Vallduví opta por essa segunda opção. Assim, os cartões referentes a uma sentença como “O João deu um presente para a Maria” passam a ser como representados em (11):

(11)

Endereço 153: João = x	Endereço 212: Maria = y	Endereço 1007: presente = z
X Deu para a y um z	[ver endereço 153]	[ver endereço 153]

Tal problema também é resolvido pela AI, pois são os elementos a serem apresentados na seção 1.2, o *link* e o *tail* que possibilitam saber onde e como realizar o armazenamento da informação.

1.2 NOMENCLATURA ADOTADA

Vallduví adota, como dito, uma partição da AI em três elementos hierarquicamente ordenados e podendo ser entendidos da seguinte forma:

$$(12) \text{ Sentença} = \{Focus, Ground\}$$

$$Ground = \{Link, Tail\}$$

Examinemos agora cada uma dessas partes:

- *Focus*: Corresponde ao que é comumente denominado *focus* na literatura, sendo a única parte informativa da sentença, como o é, por exemplo, em Halliday (1967, apud VALLDUVÍ). Ou seja, o *focus* é o segmento que codifica toda a informação nova, sendo, portanto, a única parte que não pode, segundo Vallduví, ser elidida da sentença, uma vez que se trata da única contribuição feita ao conhecimento do ouvinte pelo enunciado (ou, pelo menos, assim o crê o falante);
- *Ground*: Trata-se do complemento do *focus*. Indica ao ouvinte onde e como armazenar a informação nova contida na sentença. Ou seja, aponta o endereço e a forma como o *focus* deve ser armazenado. O conhecimento localizado no *ground* é tido pelo falante como já compartilhado pelo ouvinte, de forma que essa parte pode ser total ou parcialmente elidida, uma vez que o falante considere que o ouvinte possa realizar o armazenamento eficientemente sem essa informação, ou no caso de não haver um local específico em que possa ser armazenado. O *ground* se subdivide em *Link* e *Tail*. Vejamos a que se referem essas unidades:

- » *Link*: A noção de *link* é similar, porém não idêntica, à noção de tópico. Termos como tópico e tema foram, porém, evitados por Vallduví, com a intenção de não utilizar termos com sentidos contaminados por outras teorias que pudessem dificultar o entendimento por se diferenciarem do apresentado por Vallduví. O *link* se liga direto a noção de *objeto do pensamento*, indicando onde a informação deve ser armazenada. Obrigatoriamente, o *link* deve estar em posição inicial na sentença, uma vez que o endereço de armazenamento deve vir antes da informação a ser armazenada. É importante notar, porém, que nem todos os elementos que iniciam uma sentença são obrigatoriamente *links*. Como faz parte do *ground*, pode não existir caso não seja considerado

relevante pelo falante para o armazenamento da informação, caso em que o primeiro elemento da sentença não será *link*;

- » *Tail*: A principal função do *tail* é indicar como a informação deve ser armazenada. A não-existência do *tail* determina que a informação deva ser simplesmente adicionada ao endereço, enquanto sua existência indica que se deve substituir um elemento pré-existente (geralmente uma lacuna “___” entre elementos). É um complemento do *link* dentro do *ground* e pode, também, ser elidido e aparecer somente quando o falante acreditar ser necessário para o correto armazenamento da informação. Enquanto o *focus* é marcado prosodicamente e o *link* é marcado como primeiro elemento da sentença, o *tail* não possui marcas específicas, sendo localizado por exclusão como aquele elemento que não é nem *link* e nem *focus*.

1.3 APLICAÇÃO DA ARTICULAÇÃO PROPOSTA

Vallduví identifica quatro possíveis AI dentro de sua teoria, levando em conta a necessidade de apresentar um *focus* e a possibilidade de elidir integral ou parcialmente o *ground*:

- *Link-focus*: graças à existência do *link*, o ouvinte é instruído onde armazenar a informação contida no *focus*, simplesmente adicionando-a ao endereço indicado. Vejamos os exemplos a seguir, os exemplos (13), (14), (15) e (16) foram mantidos como apresentados por Vallduví (1990, p. 62) e os exemplos (17), (18), (19) e (20) são exemplos do português (como anteriormente, as letras em VERSALETE indicam proeminência prosódica e [F] indica *focus*, sendo o restante de cada frase os *links*):

(13) The boss [F CALLED].

(14) The boss [F visited a broccoli plantation in COLOMBIA].

(15) The boss₁ [F I wouldn't BOTHER t₁].

(16) Broccoli₁, the boss [F doesn't EAT t₁].

(17) Meu vizinho [F MORREU].

(18) Pedro [F comprou um computador NOVO].

(19) O João₁ [_F eu não CONVIDARIA t₁].

Esses exemplos indicam os casos padrões de estruturas *link-focus*, com o *link* sendo o sujeito em (13), (14), (17) e (18), um elemento deslocado em (15) e (19) e com um caso de múltiplos *links* em (16). Essa divisão é semelhante à realizada em AIs com tópicocomentário, que se baseia em nomear algo e dizer sobre isso alguma coisa.

- *All-focus*: São as estruturas que não apresentam nenhum *ground*. O falante assume que o ouvinte pode armazenar a informação da sentença sem o auxílio de um *link* ou de um *tail*. Há duas razões apresentadas por Vallduví para a existência de sentenças sem *link*:
 - o falante deduz que o ouvinte sabe onde armazenar o conteúdo informado pelo contexto ou
 - não existe um lugar especificamente relevante para o armazenamento, casos em que é criado um “endereço temporário” onde a informação é mantida.

São exemplos de sentenças *all-focus* retirados de Vallduví (1990, p. 63-64):

(20) [_F The BOSS called].

(21) Waiter! [_F There is a fly in my SOUP³!]

(22) What doesn't the boss like?

[_F BROCCOLI].

E são exemplos do português de sentenças *all-focus*:

(23) [_F Meu irmão me LIGOU].

(24) [_F Tem cinquenta reais naquela CADEIRA!]

(25) O que Pedro quer?

[_F Uma MAÇÃ].

onde os exemplos apresentam as diferentes possibilidades de aparecimento de sentenças *all-focus*. (20) e (23) são casos de descrições gerais, (21) e (24), de sentenças puramente existenciais e (22) e (25), de fragmentos de sentenças. Nos dois primeiros casos não há um lugar específico previamente existente onde a informação possa ser armazenada, enquanto que no último, o contexto informa onde armazenar.

³ Aplicamos a marcação prosódica em VERSALETE aqui, embora nesse exemplo Vallduví não a tenha marcado.

➤ *Link-focus-tail* e *Focus-tail*: Correspondem à divisão *Focus/proposição* aberta de Prince (1981a, 1986, apud VALLDUVÍ, 1990). Comparando com as divisões analisadas (*Link-focus* e *all-focus*), a diferença é que nesses casos existe (pelo menos) um elemento que indica COMO a informação deve ser armazenada, qual a relação que deve ser estabelecida entre o local de armazenamento e o conteúdo a ser armazenado⁴. Os exemplos (26), (27) e (28) foram extraídos diretamente de Vallduví (1990, p. 64-65) e os exemplos (29) e (30) são exemplos do português que demonstram a existência do *tail*, que é o elemento que se segue ao *focus* nos casos apresentados:

(26) The boss HATES broccoli.

(27) I can't believe this! The boss is going crazy! BROCCOLI He wants now!

(28) The farmers [_F already SENT] the broccoli to the boss.

(29) O Pedro [_FAMA] a Maria.

(30) Não acredito nisso! [_FCEM REAIS] ele me pediu dessa vez!

Em (26), (28) e (29) temos, portanto, sentenças *link-focus-tail*, em que o *focus* parece substituir um elemento já existente – ou uma dúvida sobre a relação entre dois elementos – por uma informação. Em (27) e (30) temos orações do tipo *focus-tail*, nas quais a ausência de *link* indica que o ouvinte já está no endereço.

1.4 FORMALIZAÇÃO

Vallduví determina uma notação que indica a presença dos componentes de sua AI. Tal notação toma emprestado símbolos da lógica, porém eles são utilizados sem a carga de significados presente nesta.

Para a informação nova, o *focus*, Vallduví adota Φ [**informação**]. Φ é o operador focal e tudo no seu escopo é informativo, além de que toda a informação fornecida pela sentença para o estoque informacional do ouvinte está presente em seu escopo. É importante ressaltar, porém, que nem tudo que se encontra no escopo de Φ é *focus*, como veremos em seguida. A leitura de Φ [**informação**] é “informação nova”⁵. As sentenças *all-focus* utilizam exatamente

⁴ Como veremos mais adiante, parecem existir casos em que o *tail* não modifica a forma como o *focus* deve ser armazenado, sendo provavelmente apenas um elemento complementar ao *link* no *ground* (ver 1.5).

⁵ No original, “*retrieve information*” ou “*recupere a informação*” (VALLDUVÍ, 1990, p.76)

essa notação, uma vez que os elementos do *ground* não estão presentes. Assim, temos que uma frase como a presente em (23) seria representada como em (31):

(31) Φ [**meu irmão me ligou**].

Tal sentença não indica nenhum endereço sob o qual a informação deva ser adicionada. Segundo Vallduví, essa sentença não é sobre um indivíduo, ou seja, não há um endereço sob a qual colocá-la. A sentença é, na realidade, sobre o evento de o irmão do falante ter ligado para o falante. Assim, o escopo de Φ abrange todo o enunciado. Isso se diferencia em casos como (25), formalizado em (32):

(32) O que Pedro quer?

Φ [**uma maçã**].

No exemplo (32), ao contrário de (31), existe um endereço sob o qual a informação deve ser colocada, no caso, Pedro, além de já saber que existe uma relação de “querer” com algo. O que acontece é que o ouvinte já está no endereço, como indicado pela pergunta, razão pela qual se torna desnecessário indicá-lo novamente por meio de um *link*.

O *ground* é analisado por suas partes. Primeiramente tratemos do *link*. Ele é simbolizado por Λx e lido como “vá para x”. Em uma análise, x é identificado como um elemento α , indicado pela notação “ $x = \alpha$ ”. Assim temos que

(33) $\Lambda x, x = \alpha$ [Φ [**x focus**]]

sendo que (33) é a representação genérica de uma sentença *link-focus*. Φ nunca está ausente, uma vez que, como já foi colocado, esperasse sempre que a sentença traga informação nova. Também podemos ver que x está presente no escopo de Φ , razão pela qual anteriormente foi dito que nem tudo que está sob Φ é *focus*. Em (35) vemos uma análise de (18), repetido em (34), para exemplificar o que foi colocado em (33):

(34) Pedro [_F comprou um computador NOVO].

(35) $\Lambda x, x = \text{Pedro}$ [Φ [**x comprou um computador novo**]]

Podemos ler (35) como “vá para o endereço ‘Pedro’ e adicione sob ele que ele comprou um computador novo”.

Por fim, nos resta tratar do *tail*. A função principal desse componente, de acordo com o autor, é a alterar o sentido de Φ de “adicionar informação”, sua função nos demais casos, para

“substituir informação”⁶. É representado pela letra grega λ e seu referente, x , por β , como podemos ver em (36):

$$(36) \lambda_x [\Phi [\mathbf{focus} \ x]](\beta)$$

Essa representação corresponde a uma sentença *focus-tail*, na qual a informação é substituída em um endereço no qual o ouvinte já se encontra, como no exemplo (30), repetido em (37) e examinado em (38):

(37) Não acredito nisso! [_F CEM REAIS] ele me pediu dessa vez!

$$(38) \lambda_x [\Phi [\mathbf{cem reais} \ x]](\text{ele me pediu dessa vez})$$

Podemos ler a representação em (38) como “com relação a ‘o que eu encontrei no chão’ adicione que foi ‘cem reais’”.

Para finalizar, nos resta apenas verificar a estrutura apresentada em sentenças com todos os elementos, ou seja, *link-focus-tail*. A estrutura é apresentada em (39) e o exemplo (29) é repetido em (40) e examinado em (41):

$$(39) \Lambda_{x_1, x_1} \alpha [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 \mathbf{focus} \ x_2]]](\beta)$$

(40) O Pedro [_F AMA] a Maria

$$(41) \Lambda_{x_1, x_1} \alpha \text{ o Pedro } [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 \mathbf{ama} \ x_2]]](\text{Maria})$$

Neste último caso, o ouvinte é instruído a ir para “Pedro”, localizar o tail “Maria” que indica haver uma relação entre eles e atualizar a informação com a relação correspondente entre eles representada pela lacuna (___) “ama”. Assim torna-se possível averiguar o que Vallduví explicita ao dizer que o *tail* altera o sentido de Φ de “adicionar informação” para “substituir informação”.

1.5 AS FUNÇÕES DE Φ

Como colocado acima, Φ pode ter dois sentidos possíveis: “adicionar informação” e “substituir informação”. Para encerrar esse capítulo, mostra-se necessário clarificar o significado desses termos para Vallduví.

⁶ Como mencionado na nota 4, parecem existir casos em que o *tail* não altera o sentido de Φ .

Por “adicionar informação” (a partir de agora Φ_A), temos a função de um foco sem *tail*. Quanto tal situação ocorre, o foco será colocado sob o endereço apontado (quando houver) sem mais nenhuma instrução, simplesmente como um novo fato. Quando o endereço não for indicado pelo *link* ou pelo contexto, cria-se um cartão temporário onde tal informação é adicionada e, depois, é transferida para cartões existentes ou criados. Vejamos o exemplo abaixo para melhor entender:

(42) A Maria [_F ligou para o JOÃO.]

(43) $\Lambda x, x = \text{a Maria } [\Phi [x \text{ ligou para o João}]]$

Nesse caso, o endereço já existe e é apontado pelo *link* “Maria”. Sob ele devemos adicionar uma informação até então inexistente, a de que ela ligou para o João, indicada pelo foco. Se, no entanto, entendemos toda a frase como sendo nova para o falante, como em

(44) $[\Phi [\text{a Maria ligou para o João}]]$

entendemos que é criado um novo cartão temporário onde a informação é salva. A partir desse novo cartão são criados novos cartões para Maria e João (ou recuperados do estoque de informação, se já existentes) e para eles é transferida a informação equivalente.

Como sabemos, Φ_A não é a única função de Φ . Temos ainda “substituir informação” (Φ_S), que surge nos casos em que o *tail* se apresenta. Nesses casos, não nos é possível simplesmente adicionar a informação ao endereço indicado. A presença do *tail* nos mostra que já sabemos da existência de uma relação entre o elemento do endereço (representado pelo *link* ou indicado pelo contexto) e ele próprio. O que ocorre é que tal relação entre os elementos ou é desconhecida, ou está equivocada (na visão do falante). Os dois exemplos abaixo ilustram essas possibilidades (é importante perceber que se há a existência de um *tail*, existe um endereço sob o qual a informação deve ser colocada. Nos casos em que não temos um *link* indicando tal endereço, é sempre porque o ouvinte já se encontra no endereço, ou ele pode ser facilmente deduzido pelo contexto):

(45) a. A Maria escreveu para o João.

b. Não. A Maria LIGOU para o João.

(46) $\Lambda x_1, x_1 = \text{a Maria } [\lambda x_2 [\Phi [x_1 \text{ ligou para } x_2]]](\text{o João})$

(47) a. O que o Pedro fez com o meu carro?

b. BATEU o teu carro!

(48) $\lambda x [\Phi [\mathbf{bateu} x]]$ (o carro do ouvinte)

Temos de (45) e (46) um caso em que o ouvinte acredita que existe uma relação específica entre os elementos representados pelo *link* e pelo *tail* e uma substituição dessa relação sendo realizada pelo foco fornecido pelo falante. Podemos ler (58) como “vá para o endereço ‘a Maria’ e substitua a relação existente entre ela e ‘o Pedro’ de ‘escreveu’ para ‘ligou’”. Nesse caso, embora o *link* esteja presente, ele é desnecessário⁷.

Em (47) e (48), por outro lado, o ouvinte ainda sabe da existência de uma relação entre Pedro e seu carro, porém não sabe que relação seria essa. O ouvinte, então, sem precisar do *link* já que o ouvinte já se encontra no endereço correto, substitui o fato de haver uma relação indeterminada pela relação específica. Assim, podemos ler (48) como “fique no endereço em que se encontra e adicione que a relação entre ele e seu carro é ‘bateu’”.

Vallduví não menciona, porém, o que ocorre no caso de termos um *tail* que se localiza entre o *link* e o *focus*. Nesses casos parece haver a existência de sentenças com *tail* em que Φ não substitui, mas adiciona, como em sentenças sem *tail*. Nesses casos, a função do *tail* não é clara, sendo, aparentemente, um elemento que complementa o *link* no *ground*. Assim, a oração em (49) pode ser formulada como em (50) com o Φ mantendo o sentido de “recupere-adicione”:

(49) O João bateu [_F no PEDRO].

(50) $\Lambda x_1, x_1 = \text{o João} [\lambda x_2 [\Phi [x_1 x_2 \mathbf{no Pedro}]]$ (bateu)

Esse não é o caso de que “no Pedro” esteja substituindo uma informação por outra, mas sim de adicionar quem é a pessoa referida pelo endereço (João) cometeu o ato apresentado no *tail* (bater). Tais questões, relacionadas ao *tail* em posição não-final, não são tratadas por Vallduví.

A notação aqui apresentada, bem como os fundamentos introduzidos por Vallduví e aqui presentes, auxiliarão na análise a ser feita no capítulo 3, onde deixamos as orações absolutas para examinar as orações subordinadas dentro da sentença como elemento maior. Para tanto,

⁷ Se, por outro lado, o falante ficasse sabendo que o ouvinte acreditava naquela relação entre os elementos anteriormente e enunciasse “Fiquei sabendo que te disseram uma mentira. A Maria LIGOU para o João, não escreveu”, o *link* não poderia ser elidido.

as notações aqui apresentadas serão utilizadas novamente, objetivando uma maior formalização e um mais claro entendimento do funcionamento de tais orações.

Antes de partirmos para tal análise, porém, é importante que entendamos o apresentado no próximo capítulo, onde as ideias de Komagata (2003) são explicitadas. A interface entre o até aqui apresentado e o capítulo 2 nos possibilitará a análise pretendida no capítulo 3.

2 AS ORAÇÕES “APARENTEMENTE SUBORDINADAS”

Vallduví (1990), estudado no capítulo anterior, nos fornece ferramentas para analisar a AI de uma frase. Sua preocupação, como vimos, está relacionada à estrutura do enunciado como um todo, seus exemplos sendo, inclusive, de orações absolutas. Quando, porém, estruturas mais complexas são colocadas em jogo, como as orações subordinadas, surgem problemas para as aplicações das regras.

2.1 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL E ESTRUTURA DO DISCURSO

Enquanto Vallduví trabalha a sentença, porém sem levar em conta relações de subordinação, Komagata (2003) trabalha a AI no nível de sentenças, a ser trabalhado neste capítulo com o auxílio de uma obra anterior do mesmo autor (KOMAGATA, 2001). Em ambos os trabalhos, Komagata trata da importância da (não-) existência de AI em orações subordinadas para a compreensão da Estrutura do Discurso (ED).

Nas duas obras mencionadas, o objeto de trabalho são as *althoug-clauses* e as *because-clauses* – respectivamente orações com *embora* e orações com *porque*. Ambos os tipos orações são analisados por autores mencionados por Komagata como tendo AI interna. Vejamos algumas das análises desses autores apresentadas por Komagata (2003, p.302):

(51) Although [Clyde married]_T [BERTHA]_R, [he]_T[did not inherit a PENNY]_R.

(52) [What convinced Susan that [our arrest]_T [was caused by HARRY]_R]_T [was a rumor that [someone]_T [had witnessed Harry’s confession]_R]_R.⁸

Ainda é importante mostrar a relação que é feita em ambos os artigos entre AI e ED. Komagata (2003, p. 303) assume a visão de que a “ED é a organização do discurso em unidades que correspondem a orações”. Podemos entender, então, a ED como sendo a forma como cada enunciado se organiza internamente com relação às suas orações e, além disso, como a organização dos enunciados dentro de um discurso, de forma que a progressão temática desse discurso tornaria possível uma relação estrita entre ED e AI. A ideia de

⁸ Foi mantida a notação original com T equivalendo a Tema e R a Rema baseadas na obra de Steedman (2000), uma vez que são as utilizadas no original.

Komagata é de que a ED de um enunciado será estabelecido tanto pela ED do enunciado anterior, quanto pela sua própria AI. Esse ponto será retomado em mais detalhes no final deste capítulo.

2.2 MOTIVOS PARA A NÃO-ADEQUAÇÃO DA AI EM ORAÇÕES SUBORDINADAS

O próximo passo adotado por Komagata (2003) é demonstrar que as orações subordinadas – mais especificamente o tipo de subordinadas escolhidas (“embora” e “porque”), representadas pelos exemplos acima transcritos – não permitem AI interna a elas. Para tal, ele lança mão de explicações relacionadas ao teste da questão e aos papéis da prosódia, da morfologia, da sintaxe e da semântica. Aqui trataremos apenas dos quatro primeiros critérios.

2.2.1 O teste da questão

O teste da questão, ou teste da pergunta natural é definido por Ilari como em (53)

(53) Se a uma oração assertiva for possível associar, em relação de pergunta e resposta, uma oração interrogativa começando por palavra interrogativa, a parte comum à oração interrogativa e à sua resposta será o tema desta; a parte não compartilhada será o rema. (ILARI, 1992, p. 40)

Como exemplo, temos a pergunta (54a) que pode ser respondida pelo enunciado assertivo em (54b):

(54) a. O que João comprou para Maria?

b. O João comprou FLORES para a Maria.

No exemplo em (54), os itens comuns à pergunta e à resposta (“O João comprou” e “para a Maria”) formam o tema, o assunto sobre o qual se fala, e “FLORES” forma o rema, o conteúdo novo.

Ilari traz ainda algumas limitações para o teste, como não utilizar perguntas com duas ou mais palavras interrogativas, ou outras perguntas que sirvam para simplesmente pedir repetições de frases que o interlocutor teria enunciado anteriormente.

Komagata também chama a atenção ao problema de possíveis respostas indiretas e ao uso de múltiplas questões - na realidade, sobre o efeito desconhecido que esse acúmulo de questões possa ter sobre o enunciado. Outro argumento trazido pelo autor é que “*it is obvious that the question test cannot be used to analyze IS in a text in its original form*” (KOMAGATA, 2003, p. 304). A conclusão é que o teste da questão só pode ser utilizado com uma pergunta com uma resposta direta e fora de contexto, como, por exemplo, em (55):

(55) Q – I know Clyde married one of those rich women. But what happened to him after the woman died?

A – [Although Clyde married BERTHA]_{T1}, [he]_{T2} [did not inherit a PENNY]_R.

No exemplo é possível perceber uma AI na oração principal, embora não na subordinada⁹. Komagata sugere ainda a incapacidade de se formular uma única questão que permita uma resposta em que a oração subordinada traga AI interna. Procurando resolver essa limitação Komagata cogita a possibilidade de ampliar o teste da questão como a pergunta virtual proposta em (56). A respeito dessa possibilidade, observa dois problemas: a) a necessidade de elaborar duas questões, b) e a necessidade de ampliar o espectro de perguntas para questões do tipo sim/não – embora na verdade se trate de uma optativa, pois o ouvinte não deve responder com sim ou não, mas com uma das opções fornecidas:

(56) Q – Did Clyde propose to Ada or to Bertha? And what about the dowry?

A – I don’t know. But if [he proposed]_{T1} [to BERTHA]_{R1}, [he won’t get]_{T2} [a PENNY]_{R2} (, so I guess he’ll want to marry Ada).

Komagata indica que a ampliação drástica do uso do teste da questão apresentado acima o torna muito limitado. Não só a resposta se diferencia do enunciado original para responder ao que é perguntado, mas adiciona informações antes não existentes. Tal limitação tornaria o teste pouco efetivo para a identificação da AI em sentenças complexas.

Na verdade, Komagata parece fazer uma confusão entre teste da questão e contexto discursivo. O objetivo do teste é elaborar uma pergunta virtual que analisaria uma sentença diretamente objetivando localizar o seu *focus*. Nesse caso, nem uma pergunta indireta nem uma pergunta com resposta sim/não, como na proposta de Komagata, precisariam ser

⁹ Na verdade não há uma divisão entre novo e velho dentro da oração subordinada e também não seria possível realizar movimentação de tópico. A análise em (53) é diferente da apresentada em (49) pois não aponta “Bertha” como um Rema, mas como parte de um dos tópicos da sentença.

formuladas, eliminando o problema aparente¹⁰. O que Komagata faz, na realidade, é tentar criar um contexto em que seja possível perguntar algo para a sentença de forma a obter duas AI, ou encontrar dois remas, ou *focus* prosódicos, um em cada oração. A existência de mais de um *focus* prosódico em uma sentença, porém, é considerada impossível – pelo menos no português brasileiro e, muito provavelmente, tal impossibilidade se estenda ao inglês. A esse respeito, em palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Figueiredo Silva (2011) afirma que uma vez que após a enunciação de um *focus* o enunciado baixa de tessitura¹¹, a realização de um segundo *focus* exigiria que ele fosse novamente baixado de tessitura. Essa mudança é pouco provável, uma vez que uma tessitura ainda mais baixa que a primeira levaria a realização de sons em uma tessitura muito baixa para ser realizada.

Na verdade a inadequação do teste não se deve ao teste em si, mas ao uso feito ao se buscar localizar mais de um foco em uma sentença. Não podemos dizer que o teste falha ao tentar localizar o foco na análise proposta por Komagata, mas sim que a existência de dois *focus* não se verifica, motivo pelo qual se torna impossível formular uma pergunta cuja resposta seja uma sentença com dois *focus*. Entendemos, então, que o teste da pergunta continua válido.

2.2.2 A prosódia

Quanto à prosódia, o artigo se baseia em Steedman (2000) e suas relações entre intensidade da ênfase e AI. Ainda que não seja muito claro quanto ao assunto, sua análise se baseia na diferença de pitches. Um exemplo é (57a):

(57a) Q – I know which result Marcel PREDICTED. But which result did Marcel PROVE?

A – [Marcel PROVED]_T [COMPLETENESS]_R.

¹⁰ Uma pergunta possível para obter o enunciado pretendido como resposta, embora não com dois *focus*, seria: “O que Clyde herdou por ter se casado com Bertha?”

¹¹ Tessitura: termo tirado da teoria musical que serve para indicar as notas, da mais baixa à mais alta, com as quais um cantor canta. Baixar de tessitura, então, significa, aqui, passar a falar de forma mais grave e, possivelmente, com volume mais baixo.

Em (57), Komagata se atém a análise de L+H* e H*, embora Steedman traga outros pitches em seu artigo. O pitch L+H* é identificado como o principal elemento da marcação do tema, enquanto H* é o principal elemento da marcação do rema. Entretanto L+H* costuma aparecer apenas nos casos em que tema é contrastivo.

Baseado na AI de (51) em que haveria dois remas, segundo os autores mencionados por Komagata, e considerando que H* marca o rema, deveríamos ter uma realização prosódica como a proposta em (57b):

(57b) Although [Clyde married]_T [BERTHA]_R, [he]_T [did not inherit a PENNY]_R.

Ao tentar analisar o enunciado como tendo H* em ambos os itens, ou seja, com *focus* prosódico nos dois, como em (57b), Komagata chama atenção para o fato de que o resultado é considerado infeliz em qualquer contexto para um falante nativo, ou seja, tal prosódia seria incompatível tanto com a leitura de *although* como negativa de expectativa, quanto como oposição concessiva. A sentença, já tendo sido refutada como tendo AI na oração subordinada pelo teste da questão, se mostra agora também infeliz na prosódia ao tentarmos localizar dois possíveis *focus* prosódicos que indiquem a existência de dois remas¹².

2.2.3 A morfologia

Na questão da morfologia Komagata utiliza-se de exemplos tirados do Japonês para provar que a subordinação não possibilita a presença de foco. Ele aponta que a partícula *wa* serve para marcar o tema em japonês. Um possível problema, porém, estaria no fato de que a mesma partícula tem outra função no japonês como marcador de contraste. Nos casos, entretanto, em que *wa* não marca contraste, ele marca o tema.

Uma propriedade dessa partícula que a torna importante para a análise de Komagata é a de que ela não pode ser utilizada em ambientes subordinados. Existem alguns contra-exemplos apontados, como na classificação feita por Noda das orações subordinadas. A classificação pode ser conferida na tabela em (58):

¹² Se, entretanto, substituíssemos o primeiro H* sob Bertha por L+H*, a análise se mostraria possível, pois teríamos um tópico contrastivo e um rema.

(58)

Tipo	Exemplo	GA	WA
Forte	(re)ba “se”, toki “quando”, koto “que”, node (focal) “porque”	sim	não
Fraca	node “desde que”, ga “mas”	sim	sim

(NODA, 1996, apud KOMAGATA, 2003, p. 307)

Como se pode observar a tabela propõe dois tipos de subordinação, uma fraca e uma forte, embora o autor não esclareça o que caracteriza cada um desses tipos. Ainda segundo a tabela, o marcador de topicalização *wa* só pode aparecer em subordinadas fracas. O próprio Noda, no entanto, já aponta em seu estudo a existência de exceções a essa restrição mesmo nas subordinadas fortes, embora, como indicado por Komagata, não sejam de fato problemas, uma vez que a marcação ocorre apenas nos casos em que *wa* indica contraste ou em que ele se associa a um SN correferente ao SN sujeito da oração principal.¹³

Noda ainda aponta o caso das subordinadas “fracas” envolvendo o *wa* temático. Um dos casos envolve a partícula *ga* “mas” como conector. Nesse caso, entretanto, trata-se de dois enunciados em série, sendo, portanto, um caso de coordenação e não de subordinação. Komagata apresenta ainda o caso (59) identificado por Noda.

(58) *memorii-wa ... mottomo anzen-na basyo-dakara-da.*

memory-TOP most safe place-because-COP

“Because the memory is the safest place (for viruses to stay)” (KOMAGATA, 2003, p. 307).

Para explicar esse exemplo, Komagata introduz aqui a ideia de oração “aparentemente subordinada” que é, na verdade uma sentença independente. Mais especificamente, uma resposta aparece de forma independente, uma vez que a oração que teria agido como principal se encontra na pergunta (para mais sobre orações principais em enunciados anteriores, ver 2.3).

Devido à falta de uma oração principal, a existência de *wa* indica uma oração que, na realidade é independente, não sendo estranha, assim, o uso do marcador temático e a possível

¹³ Em seu artigo, o autor não deixa claro a análise dos casos em que o *wa* se associa ao sujeito da subordinada, apenas mencionando que a partícula marca o sujeito da oração principal.

existência de AI. *Dakara* “porque” deve então ser considerado um conector discursivo, ligando o enunciado a algo precedente no discurso, porém não dentro do próprio enunciado. Em 2.3 voltaremos a casos semelhantes.

Fazendo uma conexão entre a partícula temática do japonês e o teste da questão e a prosódia do inglês, Komagata afirma que é possível encontrar uma relação forte entre a marcação com *wa* e as análises que indicam a impossibilidade de AI em orações subordinadas, embora não seja claro quanto a como ocorre essa relação.

2.2.4 A sintaxe

No que toca a sintaxe, uma análise breve é feita do fato de que em língua inglesa Topicalização/Movimentação do foco¹⁴ são marcas que provam a AI dentro de uma oração, ou seja, uma oração subordinada que apresente alguma dessas marcas terá AI interna. Conforme Komagata mesmo percebe, algumas frases com *although* são apresentadas com esses recursos, como nos exemplos extraídos por ele do *British National Corpus*:

(59) a. The shape seemed to be looking through a book, although [what the book was] [Henry could not tell].

b. His mother was always telling him that it was important for teachers to give, although [what they were supposed to give] [she did not say].

c. Although [what that could possibly be], [I have no idea], Melissa thought to herself as she put down the phone (KOMAGATA, 2003, p. 302).

A presença de tais recursos seria prova da existência de AI em frases como essas. Por esse motivo, o de serem fortes contra-exemplos para a teoria, uma análise mais profunda foi deixada pelo autor para um momento seguinte, estando aqui apresenta em 2.3 abaixo.

2.3 ORAÇÕES INDEPENDENTES “APARENTEMENTE SUBORDINADAS

¹⁴ Topicalization/*Focus* Movement, no original.

Feita essa análise, Komagata se volta para a análise dos exemplos em (59), que haviam sido considerados possíveis de possuir AI interna às *although-clauses*, uma vez que a análise sintática mostrava a existência de topicalização/movimentação de foco. Introduzindo o argumento está o fato de que a análise morfológica com base em dados do japonês mostra a possibilidade de sentenças independentes que se assemelham a subordinadas devido aos conectores *although* e *because*, de onde o nome “aparentemente subordinadas”.¹⁵

Ilustrando o caso, Komagata traz exemplos do inglês, aqui apresentados em português, de como uma oração aparentemente subordinada é, na verdade, independente:

(60) P: Por que ele fez isso?

R: Porque ele estava brabo.¹⁶

(61) A: Eles não vão escorar aquilo porque há apenas oito casas lá em cima, então não vale a pena <incompreensível>

B: Embora eles sejam donos daquele pedaço.¹⁷

Em ambos os casos o “porque” (*because*) e o “embora” (*although*) são considerados conectores discursivos, ou seja, elementos que relacionam enunciados independentes ao invés de orações dependentes, tornando possível, uma vez eliminada a subordinação aparente, uma AI efetiva. Para corroborar com essa visão, Komagata utiliza-se do que diz Günthner sobre as *obwohl-clauses* – semelhantes às *although-clauses* – no alemão falado (GÜNTNER, 1996, apud KOMAGATA, 2003). Segundo ele, no uso oral, alguns casos de *obwohl-clauses* começam a desempenhar um papel de coordenadas ao invés de subordinadas, recebendo também uma marcação que demonstra esse novo uso sintaticamente.

Resta então explicar o que acontece nas sentenças em (59), uma vez que em nenhuma delas parece haver uma elipse licenciada por algum enunciado precedente. Para compreender (59c) Komagata apresenta-a em seu contexto mais amplo, extraído do romance “*Over de Edge*”, de Betty Rowlands, apresentado a seguir em (62):

(62) “I’ll leave in a few minutes and be with you in about half an hour. Tell Madame Gebrec I will do whatever I can.”

¹⁵ Subordinate-like (KOMAGATA, 2003).

¹⁶ No original “A: Because he was angry”.

¹⁷ No original “B: Although they own that bit”.

Although what that could possibly be, I have no idea, Melissa thought to herself as she put down the phone.

Devido ao contexto apresentado, podemos perceber que a sentença (c) não difere das sentenças (a) e (b), apresentando como essas, uma oração concessiva em posição remática. Sendo assim, nos três casos a oração concessiva tem um caráter remático por estarem em uma posição marcada. Para o autor, essa configuração indica que a concessiva não pertence ao domínio do enunciado iniciado na oração anterior, mas, assim, iniciam um enunciado novo. Nessa perspectiva seriam também casos de uma aparente subordinação.

2.4 SENTENÇA E ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL

Retomando o apresentado em sua obra anterior (KOMAGATA, 2001), o artigo chega à conclusão de que uma sentença deve ter uma – e apenas uma – AI. Essa visão, segundo ele, permite definir sentença e determinar a ED da mesma. Komagata apresenta a seguinte regra para a definição de sentença, onde (b) é uma formulação abreviada de (a):

(63) a. A ED do discurso pode ser determinada pela ED anterior a corrente (última) sentença e a AI da corrente (última) sentença.

b. ED + AI = ED'

A formulação remete a apresentada no final de 2.1, retirada da já mencionada obra anterior, sendo demonstrada agora após a conclusão de que para cada sentença corresponde apenas uma AI. A fórmula, porém, não se aplicará caso seja entendido que é possível haver mais de uma AI por sentença, afirma Komagata, pois é a unicidade de AI por enunciado que permite essa definição. No caso de múltiplas AI em um único enunciado, torna-se impossível determinar qual define a ED.

É importante ainda mencionar que Komagata vê toda sentença como tendo uma AI completa, um par “tema/rema”. Ele próprio aponta, porém, que são possíveis frases onde o tema não está realizado. O que ocorre, segundo ele, é a presença de itens que remetem ao tema, chamado por ele de *deleted theme* (tema deletado, em português), uma vez que sua presença foi apenas suprimida, não sendo o caso de não existência do tema. Como vemos, essa visão é incompatível com a proposta de *ground* por Vallduví (1990), que entende o *link*

como um endereço que pode estar presente. Nos casos em que Komagata analisa como sendo a ocorrência de um *deleted theme*, Vallduví considera que não existe *link*, da mesma forma que em sentenças que não falam de um indivíduo específico.

Concluindo e resumindo, Komagata (2001, 2003) enxerga as orações subordinadas como não tendo AI, uma vez que fazem parte da AI da sentença a qual pertencem. Ao afirmar a impossibilidade de AI nessas orações, Komagata se baseia em dois pontos. O primeiro é a impossibilidade da existência de dois *focus* em um enunciado, o que obriga o *focus* a aparecer ou na oração principal ou na subordinada. O segundo ponto é a impossibilidade, segundo o autor, de haver operações de topicalização em orações subordinadas.

No caso de aparecer uma AI em orações que classificadas como subordinadas, trata-se, segundo ele, de orações independentes aparentemente subordinadas, como exemplificado em 2.3. Tais orações podem aparecer apenas em dois casos: (i) quando aparecem isoladamente como na interlocução (normalmente como respostas à perguntas) ou (ii) quando estão em uma posição remática (o que pode ser considerado uma construção marcada). Em ambos os casos, as orações (no caso *although-clauses* e *because-clauses*, ainda que o autor transfira tal possibilidade para quaisquer outras orações subordinadas) deixam de ter papel efetivo de subordinadas, compondo um enunciado própria.

3 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL TRIPARTIDA E AS ORAÇÕES SUBORDINADAS

Após discorrer sobre a estruturação da AI no primeiro capítulo e o problema das orações subordinadas em inglês no segundo, chegamos finalmente ao objetivo principal deste trabalho: analisar as sentenças do português brasileiro (PB) fazendo um paralelo entre o proposto para o inglês em Komagata (2003) e aplicando a análise e a notação fornecidas por Vallduví (1990). Na primeira parte deste capítulo, trataremos de examinar orações do português – começando pelas absolutas e chegando às subordinadas. Na segunda parte, retomaremos algumas das sentenças fornecidas por Komagata, para fazer uma nova análise com base na AI tripartida fornecida no primeiro capítulo e nos exemplos do PB examinados.

A análise aqui apresentada utiliza o teste da questão como indicador de *focus*. Questões prosódicas são utilizadas de forma ainda inicial, apenas como suporte para verificar os efeitos das perguntas virtuais. Ao localizarmos o *focus* como resposta da pergunta, verificamos qual o *ground* da sentença. Ao utilizarmos a notação de Vallduví, indicamos um possível *link* e um possível *tail*, ainda que não seja esse o objetivo dessa análise e, por isso, as respostas encontradas para a divisão do *ground* não sejam as mais apuradas ou, mesmo, as únicas possíveis.

3.1 ARTICULAÇÃO INFORMACIONAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

3.1.1 As orações absolutas

Nosso primeiro objetivo, agora, é perceber como a AI funciona no PB. Para isso, além da teoria apresentada no primeiro capítulo, vamos examinar algumas sentenças. Observe o exemplo a baixo:

(64) O João fotografou a MARIA.

Um enunciado como (64) pode ser utilizado em diversos contextos. Levando em conta um padrão prosódico neutro – ou seja, com uma elevação suave de pitch no último elemento – podemos aplicar o teste da questão, obtendo as seguintes perguntas virtuais como adequadas:

- (65) a. Quem o João fotografou?
 b. O João fez o que?
 c. O que aconteceu?

O enunciado em (64) parece responder adequadamente todas as perguntas propostas em (65) sem necessitar de alteração prosódica em relação ao padrão neutro. Se, porém, tentarmos realizar as perguntas em (66), o enunciado com o padrão prosódico apresentado se torna uma resposta não adequada:

- (66) a. Quem fotografou a Maria?
 b. O que o João fez com a Maria?
 c. O que aconteceu com a Maria?

Por que isso acontece? A prosódia não marcada de uma sentença favorece uma interpretação da informação ali presente. No caso, o último elemento deve obrigatoriamente fazer parte do *focus*. Ele não necessita, porém, ser o último, o foco pode se estender dele para a esquerda livremente dentro da oração. Não é possível, porém, saltar elementos. Podemos entender o foco em (64) como sendo “a Maria”, “fotografou a Maria”, ou todo o enunciado. Devido a essa propriedade da sentença não marcada prosodicamente, as questões em (66) não poderiam ser respondidas por (64), uma vez que, em todas elas, seria necessário saltar, pelo menos, um constituinte a partir do fim da sentença.

Para responder as questões em (66), portanto, surge a necessidade de marcar fonologicamente o *focus*. Tal marcação é feita pela adição de um pitch H* (representado aqui por VERSALETE), de forma que as sentenças em (67) são respostas possíveis respectivas para as sentenças em (66):

- (67) a. O JOÃO fotografou a Maria.
 b. O João FOTOGRAFOU a Maria.
 c. O João FOTOGRAFOU a Maria.

Interessante notar como as respostas em (67b) e (67c) possuem a mesma marcação de *focus*, sendo inclusive idênticas entre si como visto acima, em “fotografar” e respondem a questões diferentes. Isso se deve, novamente, a capacidade do *focus* de englobar elementos presentes à sua esquerda na sentença, de forma que a marcação prosódica em “fotografou” pode tanto marcar um *focus* apenas nesse elemento ou em “o João fotografou”.

Em outras palavras, existem duas marcações prosódicas possíveis de *focus* no PB. Em orações com marcação prosódica neutra, os elementos finais são focais, podendo o foco se estender até o início da oração. No caso de marcação prosódica, um pitch H* indica o elemento final do foco, podendo novamente se estender até o início da oração. Analisando as sentenças até aqui apresentadas conforme o proposto por Vallduví, temos as sentenças em (64) e (67) formalizadas em (68), que traz a sentença em (64) formalizado como resposta para as diversas perguntas virtuais propostas em (65) e as sentenças em (67) como respostas para as perguntas em (66):

- (68) a. $\Lambda x, x = \text{o João fotografou } [\Phi [x \text{ a Maria}]]$
 b. $\Lambda x, x = \text{o João } [\Phi [x \text{ fotografou a Maria}]]$
 c. $[\Phi [\text{o João fotografou a Maria}]]$
 d. $[\lambda x [\Phi [\text{o João } x]]](\text{fotografou a Maria})$
 e. $\Lambda x_1, x_1 = \text{o João } [\lambda x_2 [\Phi [x_1 \text{ fotografou } x_2]]] (\text{a Maria})$
 f. $[\lambda x [\Phi [\text{o João fotografou } x]]] (\text{a Maria})$

Com a análise acima, é possível perceber as interpretações possíveis de (64) em ‘a’, ‘b’, ‘c’ e ‘d’. Em ‘a’ e ‘b’ temos casos de sentenças *link-focus* e em ‘c’ um caso de sentença *all-focus*, marcação típica de sentenças que respondam a questão “O que aconteceu?” no teste da questão. Já em ‘d’ e ‘f’ temos casos de oração *focus-tail*, que ocorrem devido à marcação prosódica incluir o primeiro elemento da sentença no foco, impossibilitando que tal posição seja preenchida por um *link*. Por fim, em ‘e’ temos uma sentença *link-focus-tail*, em que a marcação focal no meio do enunciado permite a existência de um *link* em posição inicial e de elementos pós-focais que constituem parte do *ground* e, não podendo ser *links*, passam a formar o *tail*.

3.1.2 As orações complexas

Antes de lidar com as orações complexas, necessitamos definir um conceito de pressuposição e, por contraste, de informação nova para possibilitar uma análise mais adequada dos casos a serem apresentados.

3.1.2.1 Pressuposição

Tanto Moura quanto Cançado definem pressuposição da seguinte forma:

(69) (...) a pressuposição deve ser parte do conhecimento compartilhado dos interlocutores (MOURA, 2000, p. 16).

(70) (...) se pensarmos em um contínuo para as implicações, a pressuposição estará localizada no meio, como uma relação semântico pragmática, diferentemente dos acarretamentos, em que são inferidas expressões baseando-se exclusivamente no sentido literal de outras, ou seja, uma relação estritamente semântica, diferentemente das implicaturas conversacionais, que são noções estritamente pragmáticas (CANÇADO, 2005, p. 32).

Moura define, assim, a pressuposição como tudo aquilo que faz parte de um conhecimento compartilhado, definido por ele como:

(71) O conhecimento compartilhado é formado por um conjunto de proposições que são aceitas tanto pelo faltante quanto pelo ouvinte (MOURA, 2000, p. 17).

Transpondo a definição de Moura para a análise proposta no primeiro capítulo deste trabalho, podemos também entender o conhecimento compartilhado como tudo aquilo que o falante acredita estar presente em ambos os estoques de conhecimento.

Já Cançado define pressuposição como o que fica entre os acarretamentos e as implicaturas conversacionais em um eixo semântico-pragmático, estando carregada com componentes de ambas as áreas.

A noção de pressuposto se mostra relevante, assim, a partir do momento em que todo o conteúdo que é compartilhado pelo falante é informação já conhecida, entrando, então, no *ground*.

3.1.2.2 Informação nova

Por informação nova entendemos tudo aquilo que o falante julga não fazer parte do estoque de conhecimento do ouvinte. Seria, na verdade, toda a informação que é carregada pelo *focus* da sentença. Assim, enquanto o conteúdo pressuposto costuma ser o *ground*, a informação nova é o *focus*.

3.1.2.3 Análise de orações complexas

A análise feita em 3.1.1 lida com frases com estruturas semelhantes às analisadas por Vallduví e expostas no primeiro capítulo deste trabalho, ou seja, com orações absolutas. Como apontado no segundo capítulo, Komagata afirma que sentenças com subordinação contêm apenas uma AI, caso em que a AI se encontra na oração principal e a subordinada não oferece articulação. A formalização aqui estudada nos permite, entretanto, enxergar as orações complexas de forma diferente. Embora realmente pareça haver uma única AI por enunciado, também parece ser possível uma análise que permita a articulação na sentença como um todo, não exclusivamente na oração principal.

Os exemplos (72), (73) e (74) – adverbiais temporais, finais e causais, respectivamente – serão utilizados para melhor examinar essa possibilidade:

(72) O João falou com a Maria quando eu liguei para o Pedro.

(73) O Pedro alugou um carro para que a Bruna pudesse ir para a praia.

(74) A Maria foi para casa porque a Ana brigou com a Carla.

A sentença (72) nos traz uma adverbial temporal. É possível entendermos a prosódia do enunciado de duas formas, ambas consideradas neutras por estarem localizadas no final das respectivas orações, apresentadas em (75), cada uma com uma análise particular a ser feita:

(75) a. O João falou com MARIA quando eu liguei pro Pedro.

b. O João falou com a Maria quando eu liguei pro PEDRO.

Cada uma dessas leituras apresenta um domínio de *focus* (DF) diferente – DF aqui se referindo aos elementos que podem fazer parte do foco informacional a partir do elemento com pitch elevado. A primeira leitura, em (75a), possui um DF que se estende de “Maria” até o início da sentença, enquanto a (75b) tem seu domínio de foco de “Pedro” até “eu”. Qual a diferença entre as duas sentenças? Examinemos primeiro (75a).

Nessa sentença, as perguntas virtuais possíveis para a realização do teste da pergunta seriam:

(76) a. O João falou com quem quando tu ligaste pro Pedro?

- b. O que o João fez o que quando tu ligaste pro Pedro?
- c. O que aconteceu quando tu ligaste pro Pedro?

Note-se que, em todas as perguntas virtuais acima, a informação de que o interlocutor ligou para Pedro é apresentada como pressuposta, razão pela qual no enunciado (65a) figura fora do DF

As perguntas em (76) demonstram a possibilidade de o *focus* variar dentro do DF no caso de (75a), o que é demonstrado pela análise em (77)¹⁸:

- (77) a. $\Lambda_{x_1, x_1=}$ o João falou [λ_{x_2} [Φ [x_1 **com a Maria** x_2]]] (quando eu liguei para o Pedro)
- b. $\Lambda_{x_1, x_1=}$ o João [λ_{x_2} [Φ [x_1 **falou com a Maria** x_2]]] (quando eu liguei para o Pedro)
- c. [λ_x [Φ [**O João falou com a Maria** x]]] (quando eu liguei para o Pedro)

O DF torna possível a existência de estruturas *link-focus-tail* e *focus-tail*, uma vez que o início do enunciado está incluído no DF, porém o *tail* não pode ser excluído pois se encontra fora do DF – depois do *focus* prosódico – e por não ser o primeiro elemento do enunciado. Assim sendo, a oração subordinada se encontra, nesse caso, obrigatoriamente dentro do *tail*, não tendo articulação informacional interna, como indicado por Komagata.

Por outro lado, a sentença (75b) tem o *focus* no elemento final da sentença, seu DF se estendendo, como já sabido, para a esquerda. A ideia de que o foco possa se estender indefinidamente, porém, deixa de ser verificável nesse momento, pois (75b) pode responder as questões presentes em (78):

- (78) a. O João falou com a Maria quando tu ligaste pra quem?
- b. O João falou com a Maria quando tu fizeste o que?
- c. Quando o João falou com a Maria?

Nenhuma pergunta virtual possível parece incluir na sua resposta informações tanto da oração principal quanto da subordinada, limitando, assim, o DF da subordinada até “eu”, como proposto a cima. Temos agora que o DF deve se limitar a oração em que se apresenta,

¹⁸ A partir deste momento a divisão do *ground* em *link* e *tail* não é relevante, então nos casos de múltiplas possibilidade de divisão, será escolhida uma das análises interna possíveis do *ground*, visando ser fiel à Vallduví (1990), porém sem ser necessário demonstrar todas as subdivisões possíveis que não se mostram relevantes para o trabalho.

mesmo quando uma pergunta como “O que aconteceu?” se apresenta, pois sua resposta se assimilaria a AI apresentada em (77c), com o conteúdo da oração subordinada já pressuposto – se o caso fosse outro e o conteúdo fosse novo, seria articulado de forma diferente, como em “O João falou com a Maria e liguei pro Pedro”, entre outras.

Vejamos (79) as AIs possíveis para responder as perguntas virtuais em (78):

(79) a. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o João} [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 x_2 \text{ o Pedro}]]$ (falou com a Maria quando eu liguei para)

b. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o João} [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 x_2 \text{ liguei para o Pedro}]]$ (falou com a Maria quando eu)

c. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o João} [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 x_2 \text{ eu liguei para o Pedro}]]$ (falou com a Maria quando)

Todas as análises em (79) apontam para estruturas *link-focus-tail*, porém em (79a) e (79b) a AI se articula internamente à oração subordinada, contrapondo-se ao previsto por Komagata. Vejamos agora se o mesmo ocorre as orações finais e causais.

(73) apresenta uma subordinada adverbial final. Novamente podemos aqui localizar duas possibilidades de prosódia neutra, apresentadas em (80):

(80) a. O Pedro alugou um CARRO para que a Bruna pudesse ir para a praia.

b. O Pedro alugou um carro para que a Bruna pudesse ir para a PRAIA.

(80a) apresenta um *focus* na palavra “carro”, sendo que seu DF inclui tudo de “o Pedro” até “carro”, enquanto que (80b) tem o foco em “praia”, podendo ser expandido até “a Bruna”, caso novamente o DF não possa incluir a sentença completa. Vejamos cada um dos casos.

O primeiro enunciado em (80) possibilita as seguintes perguntas virtuais:

(81) a. O que o Pedro alugou para que a Bruna pudesse ir para a praia?

b. O que o Pedro fez para que a Bruna pudesse ir para a praia?

c. Como a Bruna pôde ir para a praia?

Todas as perguntas em (81) podem ser respondidas por (80a), porém, como visto no caso da adverbial temporal, a resposta, ou foco, vai variar a partir do item carro, dentro do DF do enunciado. Vejamos agora a formulação de (80a) como resposta para as diferentes perguntas em (81) com a formalização de Vallduví:

(82) a. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o Pedro alugou } [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 \text{ **um carro} x_2]]]**$ (para que a Bruna pudesse ir para a praia)

b. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o Pedro } [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 \text{ **alugou um carro} x_2]]]**$ (para que a Bruna pudesse ir para a praia)

c. $\lambda_x [\Phi [\text{o Pedro alugou um carro } x]]$ (para que a Bruna pudesse ir para a praia)

Como no caso anterior, o DF estando na oração principal favorece a inexistência de AI interna na subordinada, que participa apenas como *tail*, enquanto a principal se divide como uma estrutura *link-focus*, em ‘a’ e ‘b’ e como *all-focus* em ‘c’.

O enunciado em (80b) é onde podemos, novamente, esperar que se apresente uma AI diferente do previsto por Komagata. Vejamos, primeiro, as perguntas virtuais que poderiam ser respondidas por ela:

(83) a. O Pedro alugou um carro para que a Bruna pudesse ir aonde?

b. O Pedro alugou um carro para que a Bruna pudesse fazer o que?

c. Para que o Pedro alugou um carro?

Para as perguntas acima, o enunciado (80b) funciona como pergunta, com o foco se expandindo de “carro” até o início da oração subordinada. A divisão entre *focus* e *ground* para cada resposta é visível em (84):

(84) a. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o Pedro } [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 x_2 \text{ **a praia}]]]**$ (alugou um carro para que a Bruna pudesse ir para)

b. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o Pedro } [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 x_2 \text{ **ir para a praia}]]]**$ (alugou um carro para que a Bruna pudesse)

c. $\Lambda_{x_1, x_1} = \text{o Pedro } [\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 x_2 \text{ **a Bruna pudesse ir para a praia}]]]**$ (alugou um carro para que)

Como no enunciado com adverbial temporal estudado anteriormente, quando do DF se encontra na subordinada, é possível a realização de AI nesta, uma vez que ela pode ser *all-focus*, mas aceita também duas análises como parte do *ground* e com o *focus*. Também como no caso anterior, uma pergunta como o que aconteceu só poderia ser respondida pela sentença em (73) no caso de o conteúdo da subordinada ser pressuposto. Caso o conteúdo de ambas as sentenças fosse nova, a ED forçaria uma reorganização, com um enunciado como “O Pedro

alugou um carro e a Bruna foi com ele para a praia” ou outra organização que possibilite enunciados independentes.

Até aqui vimos a possibilidade de AI interna no caso de orações adverbiais temporais e finais, casos em que nos é possível concordar com Komagata quanto a não-existência de AI em subordinadas apenas se considerarmos os casos em que o DF se encontra na oração principal, pois quando deslocamos o foco para a subordinada se torna possível uma AI. Para terminar essa análise, vejamos agora a sentença causal em (74).

No caso de um enunciado causal, a análise prosódica oferecida anteriormente nos dois casos analisados não parece tão propícia para representar uma prosódia neutra. Nesse caso, a única prosódia que se mostra não-contrastiva é a apresentada em (85):

(85) A Maria foi para casa porque a Ana brigou com a CARLA.

Caso o *focus* prosódico fosse colocado em “casa” ao invés de “Carla”, teríamos um enunciado que funcionaria apenas no caso de uma sentença ecóica – correção de uma sentença anterior com a mudança de um único item lexical – ou como resposta a uma pergunta que sirva para pedir que o falante repita o que já foi dito, caso em que a pergunta virtual, como visto em 2.2.1, não pode ser utilizada, de acordo com Ilari (1992). Vejamos, então, quais as perguntas que poderiam ser feitas pelo teste para (85):

(86) a. A Maria foi para casa porque a Ana brigou com quem?

b. A Maria foi para casa porque a Ana fez o que?

c. Por que a Maria foi para casa?

Novamente a pergunta “O que aconteceu?” para ser respondida por (85) necessitaria que parte do conteúdo – a oração principal – já estivesse pressuposta, caso contrário surgiria a necessidade de reformular a sentença para “A Ana brigou com a Carla, e a Maria foi para casa por isso” ou outra organização que possibilite dois enunciados.

As perguntas em (86) nos permitem perceber que, novamente, o DF não se estende para além da oração onde o elemento prosodicamente focal se encontra. Dessa forma, as análises em (87) se apresentam como representações de (85) como respostas para essas perguntas:

(87) a. Λx , $x =$ a Maria foi para casa porque a Ana brigou com [Φ [**x a Carla**]]

b. Λx , $x =$ a Maria foi para casa porque a Ana [Φ [**x brigou com a Carla**]]

c. Λx , $x =$ a Maria foi para casa porque [Φ [**x a Ana brigou com a Carla**]]

O caso das orações causais se mostra um forte contra-exemplo ao que Komagata afirma, pois, como visto, é um caso em que a única AI possível se encontra dentro da subordinada, com a principal funcionando sempre como *link* do enunciado.

Acima mencionamos o caso das sentenças ecóicas, aquela que apresentam um *focus* contrastivo que apenas altera um SN com relação à sentença anterior com a intenção de correção. Sentenças como essas possuem propriedades prosódicas diferenciadas devido ao seu uso particular que se refletem na AI. Por exemplo, se tomarmos novamente a sentença em (74) com *focus* prosódico em “casa”, como proposto, teremos uma realização semelhante a (88), com uma estrutura como a apresentada em (89):

(88) A – A Maria foi para a rua porque a Ana brigou com a Carla.

B – Não, na verdade, a Maria foi para Casa porque a Ana brigou com a Carla.

(89) $\Lambda_{x_1, x_1=}$ a Maria foi para $[\lambda_{x_2} [\Phi [x_1 \text{ casa } x_2]]]$ (porque a Ana brigou com a Carla)

Em sentenças desse tipo, qualquer sintagma poderia receber *focus* contrastivo, possibilitando inúmeras possibilidades de análise. Tais sentenças não são tratadas neste trabalho, que toma por objeto as sentenças com prosódia neutra – sem *focus*, ou tópico, contrastivo.

Para concluir, vamos agora tentar aplicar a análise proposta a algumas frases trazidas por Komagata em seu trabalho.

3.2 A ARTICULAÇÃO TRIPARTIDA NO TRABALHO DE KOMAGATA

Analisaremos agora as sentenças apresentadas no capítulo 2 em (51), (52) e (59), repetidas abaixo em (90):

(90) a. Although Clyde married BERTHA, he did not inherit a PENNY.

b. What convinced Susan that our arrest was caused by HARRY was a rumor that someone had witnessed Harry's confession.

c. The shape seemed to be looking through a book, although what the book was Henry could not tell.

d. His mother was always telling him that it was important for teachers to give, although what they were supposed to give she did not say.

e. Although what that could possibly be, I have no idea, Melissa thought to herself as she put down the phone.

O caso da primeira sentença pode ser resolvido se pensarmos em tópico contrastivo. Uma possibilidade, seria a apresentação da sentença em um contexto como em (91), em que Bertha só recebe prosódia especial – no caso provavelmente um L+H*, indicando um tópico contrastivo ao invés de um H*, típico de *focus* e reservado para o *focus* da sentença:

(91) A – I heard Clyde married Ada or Bertha – I cannot remember which one – and inherited a fortune. What do you know about it?

B – Although Clyde married BERTHA, he did not inherit a PENNY.

Assim, uma possível análise desse enunciado seria o apresentado em (92):

(92) $\Lambda x, x_1 = \text{Clyde} [\lambda x_2 [\Phi [x_1 x_2 \text{ he did not inherit a Penny}]]$ (married Bertha)

Uma vez que a informação nova dada ao contexto é relativa à herança, a identificação do tópico adequado, ainda que adicione algum conhecimento ao ouvinte, não se mostra como *focus*. Como previsto por Komagata, a sentença acima não possui, de fato, uma AI interna à subordinada pois, como ele aponta, para que ambos fossem *focus* seria necessária a prosódia marcada com H* em ‘Bertha’ e em ‘Penny’, caso que não coincidiria com uma sentença considerada adequada para um falante nativo de inglês.

A teoria de Vallduví não lida, entretanto, com tópico contrastivo – ou com foco contrastivo –, assim que é necessário um refinamento da teoria antes que seja possível uma resposta definitiva para a análise de (88a), bem como dos demais casos apresentados em que essas noções se apresentam. Como forma de ilustrar o que possivelmente ocorre, então, trabalhamos com as noções já estabelecidas, de forma que o importante na análise acima é a delimitação entre o que é *focus* e o que é *ground*, ainda que a formulação não se adegue completamente a uma análise apurada.

A sentença em (88b) é outro caso específico. Uma sentença com um pitch em ‘Harry’, como apresentado, parece somente ser possível em contextos ecóicos, de correção. Assim, teríamos um caso de *focus* contrastivo, como no caso exemplificado abaixo em (93) e analisado em (94):

(93) A – I heard that what convinced Susan that your arrest was caused by John was a rumor that someone witnessed Harry’s confession – although that makes not much sense.

B – No. What convinced Susan that our arrest was caused by HARRY was a rumor that someone witnessed Harry’s confession.

(94) $[\lambda x_1 [\lambda x_2 [\Phi [x_1 \text{ by Harry } x_2]]] (x_1 = \text{What convinced Susan that our arrest was caused})(x_2 = \text{a rumor that someone witnessed Harry’s confession})^{19}$

Em casos como o apresentado acima, a única novidade passa a ser ‘by Harry’, uma vez que se trata de uma correção e o ouvinte já possui todo o conhecimento restante na sentença em seu estoque de informações. Sentenças com *focus* contrastivo, como se nota, não são as mais propícias para a definição da possibilidade ou não de AI, uma vez que um *focus* contrastivo sempre delimitará o restante todo da sentença como conteúdo compartilhado, como *ground*.

Os casos de (88c) e (88d) parecem confirmar a hipótese de Komagata para esses casos, pois não parece possível uma AI única, forçando a percepção de que se tratam, cada uma, de dois enunciados com um ‘*although*’ funcionando como conector discursivo. A análise proposta para as duas sentenças se encontra em (95) e (96):

(95) a. $\Lambda x, x = \text{the shape } [\Phi [x \text{ seemed to be looking through a book}]]$

b. $\lambda x [\Phi [x \text{ Henry could not tell}]]$ (what the book was)

(96) a. $\Lambda x, x = \text{his mother was always telling him that } [\Phi [x \text{ it was important for teachers to give}]]$

b. $\lambda x [\Phi [x \text{ did not say}]]$ (what they were supposed to give she)

Em ambos os casos os DF são respeitados, com o *ground* podendo ou não participar da oração em que se encontra o *focus*, porém o *focus* nunca extrapolando os limites das suas orações. Os dois casos acima, porém, tem em comum a existência da estrutura ‘*although what... was/were*’, com um elemento introduzido na oração anterior completando o espaço entre ‘*what*’ e o verbo. Aparentemente, orações semelhantes com SN definidos na oração principal podem possuir uma única AI, como no caso de (97), analisado em (98):

(97) A – Fiquei sabendo que o João foi no cinema com a Maria.

B – É... O João foi no cinema com a Maria, embora não goste muito DELA.

¹⁹ Acreditamos, na realidade, que se trate de um único *tail*. Como, porém, Vallduví não lida com casos em que o *focus* se encontre no meio do *tail*, realizamos uma partição do *tail* para buscar uma adequação à formalização proposta.

(98) a. $\Lambda x, x=$ o João foi no cinema com a Maria [Φ [x **embora não goste muito dela**]]

Nesse caso, a oração conta com ‘O João foi no cinema com a Maria’ como conhecimento já compartilhado, pressuposto, razão pela qual se localiza no *ground*, enquanto que o fato de João não gostar muito de Maria é a informação que o falante pretende adicionar ao estoque de conhecimentos do ouvinte. Tal conclusão, porém, ainda carece de mais investigação, embora seja um forte indicador de que ‘embora’ – ou ‘although’ – possa ser utilizado como conector entre orações dentro de uma sentença ou, como propõe Komagata, como conector discursivo entre enunciados.

O último caso a ser analisado, (88e), parece nos trazer novamente o ‘although’ sendo utilizado como conector discursivo, dessa vez com a sentença no contexto dado por Komagata em que completa um enunciado dito por outra pessoa. Se excluirmos o conector e colocarmos a sentença na ordem direta, teríamos a sentença ‘I have no Idea what that could possibly be’, seguida por outra sentença com sua própria AI. Levando em conta essa estruturação, (88e) pode ser entendida como em (99):

(99) $\Lambda x, x=$ what that could possibly be [Φ [x **I have no idea**]]

A análise aqui feita comprova a ideia de Komagata com relação a algumas sentenças, e confirma que quando há uma AI em uma oração iniciada por um conector concessivo, há apenas uma aparente subordinação, caracterizando um novo enunciado. Sendo assim, também deve-se concordar com ele quanto ao possível uso de ‘although’ como conector discursivo. Essa análise favorece a ideia de ED oferecida por ele, em que a existência de uma única AI por enunciado permite definir onde começa e onde termina um enunciado, enquanto que o texto progride levando em conta as estruturações já utilizadas e a articulação necessária no enunciado sendo construído.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou verificar as hipóteses de Komagata (2001, 2003), segundo as quais não há a possibilidade de existência de AI em orações subordinadas. Para realizar essa avaliação, utilizamos a formulação proposta por Vallduví (1990). A avaliação dessas hipóteses foi feita com duas estratégias. Primeiramente foi vista a possibilidade de encontrarmos sentenças subordinadas do português brasileiro que sejam remáticas e que possibilitem a mobilidade da marcação de foco. A análise dessas sentenças demonstrou que é possível proferir enunciados em português com orações subordinadas que apresentam *focus* alternativos, dependendo do contexto em que são proferidas. Esse resultado contraria, como visto, a hipótese formulada e defendida por Komagata.

Por outro lado, foi demonstrado que sempre há uma AI, mesmo nos casos em que o *focus* se encontra na oração subordinada. Esse resultado, por sua vez, concorda com a hipótese trabalhada por Komagata de que há uma correspondência de um para um entre enunciados e AIs.

Foram avaliadas as sentenças que o autor apresenta como aparentes contra-exemplos à sua hipótese. Nesse caso, trata-se de orações subordinadas concessivas que apresentam operações de topicalização. A análise dessas sentenças no modelo aqui proposto confirma a conclusão de Komagata de que, nesse caso específico, as orações em questão são apenas aparentemente subordinadas, constituindo, na verdade, um enunciado novo.

É importante ressaltar que o assunto é complexo e que, em princípio, o trabalho mostra que a classificação sintática de orações principais e subordinadas não corresponde necessariamente a uma caracterização de conteúdo principal e conteúdo secundário no nível pragmático de análise.

REFERÊNCIAS

- CANÇADO, M. *Manual de Semântica: Noções Básicas e Exercícios*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *Prosódia do foco: Observação sobre acento e mudança de tessitura*. Palestra proferida na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 21 nov. 2011.
- ILARI, Rodolfo. *Articulação Tema-Rema*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.
- KOMAGATA, Nobo. *Information Structure in Subordinate and Subordinate-Like Clauses*. *Journal of Logic, Language and Information* 12, Holanda, 2003. p. 301 – 318.
- _____. *Entangled Information Structure: Analysis of Complex Sentence Structures*. Helsinki, Finlândia, 2001. *Information Structure, Discourse Structure and Discourse Semantic – Workshop Proceedings*. The University of Helsinki.
- MOURA, H. M. M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de Semântica e Pragmática*. Florianópolis: Insular, 2006.
- VALLDUVÍ, Enric. *The Informational Component*. Pensilvânia, EUA, 1990. Dissertação (Pós-doutorado em lingüística). The institute For Research In Cognitive Science, University of Pennsylvania.